

GOLPE DENTRO DO GOLPE

PARA SALVAR TEMER NO FUTURO E NEUTRALIZAR LULA EM 2018, O STF RESSUSCITA UMA AÇÃO SOBRE O PARLAMENTARISMO, ENQUANTO UMA CPI SE PREPARA PARA OUVIR UM DEPOIMENTO DE ACUSAÇÃO À LAVA JATO

por ANDRÉ BARROCAL

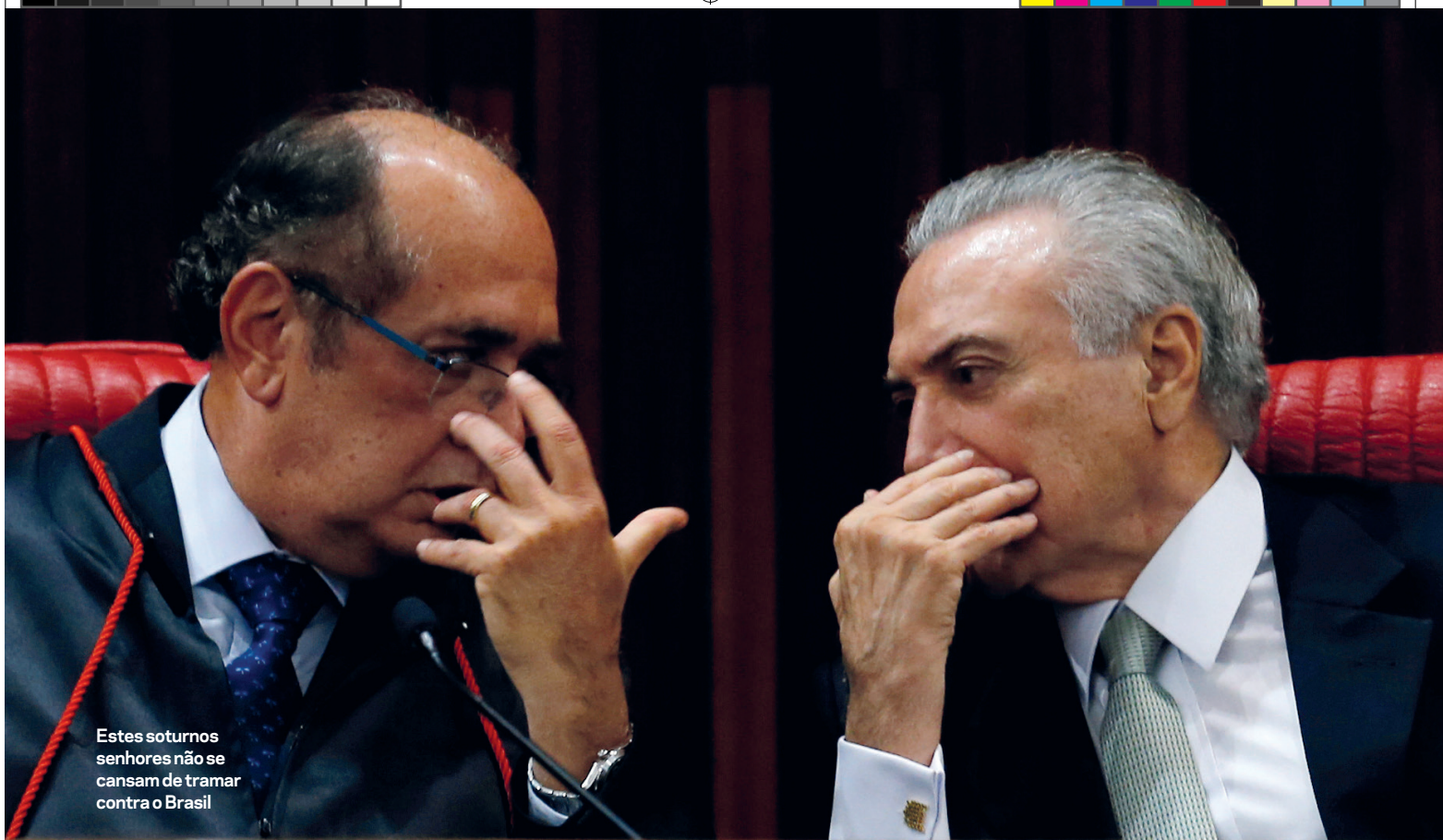
Um espectro ronda o Brasil, e não é o comunismo, apesar das cômicas preocupações dos fãs de Jair Bolsonaro. É o parlamentarismo, sistema de governo em que o presidente eleito pelo povo – e no parlamentarismo tradicional, digamos assim, o presidente da República é eleito pelo Parlamento – não apita no salário mínimo, no Bolsa Família, nos gastos em educação e saúde etc., decisões nas mãos de um primeiro-ministro indicado pelo bloco dos maiores partidos no Congresso. Depois de adormecer por uns três meses, a trama urdida por Michel Temer, o impopular mandatário, e Gilmar Mendes, o comandante do Tribunal Superior Eleitoral, despertou e andou outra casa. E logo foi denunciada como “golpe” por quatro legendas que têm marchado juntas na oposição ao governo, o PT do ex-presidente Lula, o PCdoB, da presidenciável Manuela D’Ávila, o PDT, do pré-candidato Ciro Gomes, e o PSB.



Uma mala não prova coisa alguma, garante o novo diretor da Polícia Federal, Fernando Segóvia



A ação está pronta para ser julgada em plenário, avisa Alexandre de Moraes no STF



Estes soturnos senhores não se cansam de tramar contra o Brasil

Na véspera do feriado de 15 de novembro, uma ação capaz de pavimentar o caminho jurídico do parlamentarismo foi desengavetada no Supremo Tribunal Federal. Obra de Alexandre de Moraes, aquele que salvou Temer e a primeira-dama Marcela da chantagem de um telhadista, foi nomeado ministro da Justiça do governo nascido do golpe em 2016 e, no início de 2017, herdou, também por indicação presidencial, a vaga de juiz do finado Teori Zavascki. Relator da ação, Moraes avisou internamente no STF que está pronta para ser julgada no plenário. Tomou a iniciativa dois dias após Temer e Mendes terem tido outra daquelas conversas dominicais no Palácio do Jaburu, ocasião em que o tema “parlamentarismo” esteve no centro da conversa.

Temer simpatiza com a ideia desde os tempos em que presidiu a Câmara, nos anos 1990. Natural para um político que poderia ser catalogado de “baixo clero com grife”, dadas as suas habilidades. Seu interesse agora, porém, parece ter motivações particulares. No dia em que deixar o Palácio do Planalto, precisará acertar contas com a Justiça em duas acusações no escândalo Friboi. Uma por corrupção no caso da mala de 500 mil reais em propina, apesar de o novo chefe

da Polícia Federal, Fernando Segóvia, ter assumido na segunda-feira 20 e dito de cara que “uma mala” não prova nada. Outra por formação de quadrilha e obstrução à Justiça. Enrascado, o peemedebista precisa que seu grupo continue no poder em Brasília para fazer o diabo em sua defesa. E seu poder repousa no Congresso. Não foi à toa que, logo após escapar da primeira “flechada”, em agosto, comentou em uma rádio que “nós poderíamos pensar, uma mera hipótese, num parlamentarismo para 2018”.

A cruzada pode ser encorpada por razões descoladas do prontuário de Temer: o fantasma Lula, o líder nas pesquisas presidenciais. Não estaria aí a chance de permitir que o petista concorra em 2018, apesar dos processos que ameaçam torná-lo “ficha suja”? De fato, se eleito, ele

seria uma espécie de rainha da Inglaterra. Mas será que Lula toparia concorrer ao cargo de rainha? No recente congresso do PCdoB, no domingo 19, Lula comentou que “não acho difícil ganhar essas eleições”. E ainda defendeu o direito de Bolsonaro disputar o pleito, mesmo sendo um reacionário extremista, forma de estimular o eleitorado potencial do deputado a rejeitar o parlamentarismo.

O papel de Gilmar Mendes na trama é o de conselheiro informal do amigo presidente, de cérebro jurídico e articulador nos bastidores dos tribunais. E nem faz segredo das rumações sobre o plano da dupla, chamado eufemisticamente de “semi-presidencialismo”. No início de outubro, o juiz-empresário foi a um evento de seu Instituto de Direito Público (IDP) em São Paulo e, entre xingamentos de um lado e fuga de um “tomatoço” de outro, comentou discutir “academicamente” o assunto com Temer e que, “certamente”, o governo mandará ao Congresso uma proposta.

A ação ressuscitada por Moraes no STF pode dar tranquilidade aos congressistas para trocar o sistema de governo. Ou então fechar a porta de vez. É um caso antigo,

“GOLPE”, CLAMAM EM VÃO PT DE LULA, PCDOB DE MANUELA D’ÁVILA, PDT DE CIRO GOMES E PSB

PAULO WHITAKER/REUTERS/LATINSTOCK, ROSINEI COUTINHO/STF E JOSÉ CRUZ/ABR

REPORTAGEM DE CAPA

de exatas duas décadas. Sem nenhuma urgência, portanto – salvo as conveniências do momento. Em 1997, o então líder do PT na Câmara, Jaques Wagner, hoje secretário estadual na Bahia, entrou com um mandado de segurança no Supremo para brevar a tramitação de um projeto de parlamentarismo. O projeto tinha sido apresentado dois anos antes, curiosamente, por um deputado petista, Eduardo Jorge, presidenciável do PV em 2014. Temer presidia a Câmara em 1997 e criou uma comissão especial para estudar a proposta. O mandado argumentava que o sistema de governo não podia ser modificado pelo Legislativo, só pelo eleitorado. E que este tinha acabado de se manifestar em um plebiscito realizado em 1993, no qual o parlamentarismo conquistara apenas 24,9% dos votos. Ao julgar o caso, o Supremo decidirá se o Congresso pode alterar o sistema de governo e se seria necessário consultar a população.

Ação já esteve em pauta em 2002, 2015 e 2016, mas sempre empacou. Da última vez, em março de 2016, com o *impeachment* de Dilma Rousseff a mil, o obstáculo foi o então presidente do Senado, Renan Calheiros, do PMDB de Alagoas. Ele pediu, e foi atendido, para o STF parar tudo e permitir que o Senado opinasse. A Procuradoria-Geral da República opinou, em 2001, tempos do “engavetador-geral da República”, Geraldo Brindeiro, a favor do mandado, contra o parlamentarismo. Para o julgamento ocorrer, falta a presidente do STF, Cármen Lúcia, marcar a data. Não será surpresa se ela tomar providências logo. Parece interessada em promover uma reforma política através do Judiciário. Incluiu na pauta de outubro, por exemplo, um processo sobre a permissão para candidaturas sem filiação partidária e, na quinta-feira 23, um sobre foro privilegiado, sem desfecho até a conclusão desta reportagem naquele dia.

Se o STF der o sinal verde ao debate

do parlamentarismo, o projeto que originou o mandado de segurança está prontinho para ser votado no plenário da Câmara. Por duas vezes, em 2010 e 2015, o deputado Luiz Carlos Hauly, do PSDB do Paraná, tentou fazer com que fosse votado. Planeja repetir a dose, se o Supremo derrubar o mandado de segurança. “No parlamentarismo, as crises são resolvidas mais rapidamente. O Brasil já deveria ter tido eleições gerais,



Wagner empenha-se para evitar o desastre



Alencastro: “É o segundo tempo do golpe”

até para o Congresso, desde o ano passado”, afirma. O tucano acredita, porém, que é um debate para ser feito de olho na eleição de 2022, não na do ano que vem.

A feição final desse projeto de 1995 dá uma ideia do parlamentarismo que vai pela cabeça de certo pessoal. O desenho coube ao tucano mineiro Bonifácio de Andrada, relator da proposta em uma

segunda comissão especial criada na Câmara, em 1999, por determinação do presidente da Casa na época, Temer de novo, no posto de 1997 a 2000. Andrada, aliás, foi o autor do parecer que em outubro blindou o peemedebista de ser julgado no STF pelos crimes de formação de quadrilha e obstrução à Justiça. No caso do parlamentarismo, seu relatório acredita e inspira-se no modelo francês, onde o termo “semipresidencialismo” nasceu. O Brasil teria, na visão dos senhores da manobra, um presidente eleito pela população para ocupar-se de representar o País no exterior e da chefia das Forças Armadas. Para o dia a dia do governo, haveria um primeiro-ministro indicado pelo presidente após negociar com os partidos que, juntos, formassem a maioria da Câmara. O premier teria de ser um deputado. Festa na bancada de Eduardo Cunha. Não é este, porém, o papel do presidente na França, Emmanuel Macron, como não foi o de François Hollande, e o de Nicolas Sarkozy etc. etc. Assim, o parlamentarismo brasileiro seria uma novidade mundial.

Andrada atualizou seu relatório e o fez circular entre deputados simpatizantes do parlamentarismo. É um esforço para amenizar as pancadas na ideia diante do fato de que o brasileiro gosta de eleger presidentes, vide os plebiscitos de 1993 e 1963 – neste, o presidencialismo ganhou com 82%. O tucano batiza seu modelo de “presidencialismo participativo”. Mas, ao mesmo tempo, faz um recuo que enfraquece ainda mais a figura presidencial. Se, em 2001, propunha que a montagem do ministério fosse acertada em conjunto pelo presidente e o primeiro-ministro, agora ficaria tudo com o premier-deputado. Novos rojões na bancada cunhista. No Senado há proposta similar, de março de 2016, do tucano paulista Aloysio Nunes Ferreira, ministro das Relações Exteriores de Temer, de quem foi líder. Há uma diferença importante, no entanto. O primeiro-ministro seria escolhido “preferencialmente” no Congresso. Ou seja, poderia ser alguém de fora. Vaias na

FABIO RODRIGUES POZZEBOMI/ABR, CELIA VIANA, JORGE ARAÚJO/FOLHAPRESS E VALTER CAMPANATO/ABR



Um ex-esquerdista,
sem vergonha
na cara, precursor
da proposta atual

bancada de Eduardo Cunha.

Mas ainda restará um mandado de segurança para o Supremo examinar? Logo após o gesto desengavetador de Moraes, o PT, autor da ação, entrou em crise existencial. Esperar para ver o que a Corte vai fazer? Ou retirar o mandado e deixar o STF sem ter o que julgar? Lula e a presidente petista, Gleisi Hoffmann, queriam que Wagner, que foi o primeiro signatário da ação, retirasse o mandado. O baiano nutria receios. E se Moraes ignorasse a retirada e dissesse que o processo seria julgado de qualquer jeito? Mais, e se a turma parlamentarista gritasse diante da retirada: “É golpe”? Wagner estava disposto a correr o risco, desde que Lula lhe pedisse. Até a conclusão desta reportagem, não havia decisão.

Petismos à parte, PT, PCdoB, PDT e PSB chiaram contra o avanço da trama parlamentarista. Na segunda-feira 20, seus presidentes (Gleisi, Luciana Santos, do PCdoB, Carlos Lupi, do PDT, e Carlos Siqueira, do PSB) divulgaram nota a apontar um “golpe”, “acintosamente estimulado pelo governo golpista”. “Quem propõe a mudança do sistema de governo tem de enfrentar esse debate com o povo, por meio de plebiscito, e não por conchavos políticos e manobras judiciais”, diz o texto.

Visão parecida com a de intelectuais

**O MODELO
AVENTADO NÃO
EXISTE NO MUNDO,
INCLUSIVE NA
FRANÇA, CUJO
EXEMPLO OS
GOLPISTAS DIZEM
SEGUIR**

que lançaram, em outubro, um manifesto contra a ameaça ao presidencialismo. Entre eles, o economista Luiz Carlos Bresser-Pereira, ministro nos governos Sarney e FHC, o embaixador Celso Amorim, chanceler no governo Lula, e o historiador Luiz Felipe de Alencastro,



Andrada: “Parlamentarismo participativo”

professor emérito na Universidade Paris-Sorbonne. “A democracia brasileira está em perigo. Para completar o golpe parlamentar, os atuais detentores do poder discutem a ideia de costurar um remendo parlamentarista ou adiar a eleição presidencial de 2018. Há tentativas de impedir a plena representação das camadas populares”, afirma o manifesto.

Alencastro tem sido um crítico contundente da trama parlamentarista, que vê como “segundo tempo do golpe” – o primeiro foi a implantação por Temer de uma agenda econômica e de desmonte dos direitos sociais rejeitada nas urnas em 2014. Para ele, campanha presidencial “é o único momento em que o Brasil se encontra num debate nacional”. A ideia de trocar o sistema de governo seria “oportunista”, a surgir sempre em “momentos de crise e na véspera de eleições” por obra de atores sem voto e com “medo de eleição direta”. Uma decisão a respeito no Congresso seria um “abuso”, pois o semi-presidencialismo criaria um mandatário fraco, refém dos parlamentares, sobretudo das bancadas de São Paulo e do Rio, numerosas o bastante para tentar derrubar o premier. Na prática, diz, o Brasil já assiste ao “parlamentarismo” no governo Temer, e o resultado é um “fiasco”.

“Imagine o parlamentarismo com este Congresso? Seria a institucionalização do crime organizado”, diz o deputado petista Wadhi Damous, ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil no Rio. O atual Parlamento brasileiro é o mais corrupto e patronal da história nacional, vide as delações dos criminosos executivos da Friboi e da Odebrecht. O acordo da empreiteira com o Ministério Público, aliás, será objeto de um palpitante depoimento na CPI da JBS na quinta-feira 30. Estará em cena desde a Espanha, através de uma videoconferência, um personagem misterioso, Rodrigo Tacla Durán. Seu primeiro depoimento formal até aqui.

O advogado de 44 anos trabalhou para a construtora de 2011 a 2016 e é acusado pelo MP de participar de esquemas de

REPORTAGEM DE CAPA

lavagem de dinheiro e pagamento de propina. Foi preso em novembro de 2016, na 36ª fase da Operação Lava Jato, por ordem do juiz Sergio Moro. Como tem cidadania espanhola, já estava na Europa há tempos, pois se sabia investigado, e foi capturado pela Interpol. Saiu da prisão em janeiro e, em julho, conseguiu que a Justiça da Espanha negasse sua extradição. É tratado por Moro e a força-tarefa de Curitiba como “foragido”. Negociou uma delação com o MP, mas não chegou a assiná-la, pois teria de confessar crimes que, diz, não cometeu. E aí foi para o ataque, com acusações aos métodos da força-tarefa, suspeitas sobre Moro e denúncias de uma “indústria da delação” em Curitiba. A delação da Odebrecht teria alguns desses ingredientes, seria praticamente uma fraude, conforme um livro que Durán prepara, intitulado por ora *Testemunho – O que sei sobre a Odebrecht e a Operação Lava Jato*, ao qual *CartaCapital* teve acesso parcial.

Na delação, segundo Durán, a empreiteira abriu somente uma das contas usadas para pagar “por fora” o casal de marqueteiros João Santana e Monica Moura,

neamente, porque está declarado em el impuesto sobre la renta. No veo ninguna razón para pagar cualquier multa, mucho menos este valor. Este es el resultado de años de trabajo”, argumenté. “No importa. Recibiste de Odebrecht y que eso una grasa que tiene y puede utilizar para resolver el problema aquí”, respondió Pozzobon con fuerza. Después de hacer sus encuestas **Zucolotto habló conmigo por Wickr:**

Carlos Zucolotto –Amigo, hay como mejorar esta primera... No mucho, pero sí un poco.

Rodrigo Duran –No entiendo.

Carlos Zucolotto –Hay alguna forma de mejorar esta primera propuesta. No mucho. ¿Estás interesado?

Rodrigo Duran –¿Cómo sería?

Carlos Zucolotto –Mi contacto consigue que DD entre en la negociación.

Rodrigo Duran –Correcto. Y qué es lo que se puede mejorar?

Carlos Zucolotto –Voy a insistir para que cambie la prisión por prisión domiciliar y reducir la multa, ok?

Rodrigo Duran –¿Para cuánto?

Carlos Zucolotto –La idea sería reducir a la tercera parte de la solicitud. Y tú pagarías un tercio de los honorarios para poder resolverlo.

Rodrigo Duran –Ok. ¿Pero te pago a ti los honorarios?


Carlos Zucolotto –Sí, pero por fuera porque tengo que cuidar de las personas que ayudarán con eso. Lo hacemos como siempre. La mayor parte tú me pagas por fuera.

Rodrigo Duran –Ok.

Carlos Zucolotto –Le enviaremos un modelo con un valor alternativo por si el valor de fuera está bloqueado y luego tú pagas una tercera parte en R\$, cuando veas lo vas a entender.

De hecho, los fiscales Julio Noronha y Roberson Pozzobo enviaron por correo electrónico un modelo de acuerdo con las condiciones alteradas como lo indicó Zucolotto en sus mensajes. Recibí el borrador un viernes, 27 de mayo de 2016 y debería estar en Brasil el lunes 30 de marzo, para firmar. Solo en mi casa de la Florida, pensé mucho y decidí no firmar ni volver a Brasil. No podía admitir crímenes que no he cometido. Le pedí a mi abogado Leonardo Pantaleão que me representara en la reunión del lunes para discutir el texto y las cláusulas del proyecto. Los fiscales de Curitiba al enterarse de mi negativa a admitir los crímenes que no había cometido, no quisieron conversar más conmigo y las negociaciones terminaron ahí. Ese fue nuestro último contacto.

63


MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO PARANÁ
Força-Tarefa Operação Lava Jato

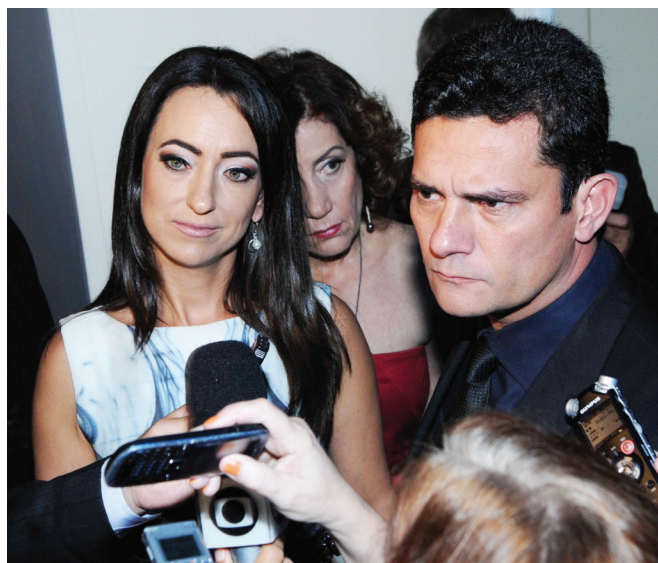
TERMO DE ACORDO DE LENIÊNCIA

O Ministério Público Federal – MPF, por intermédio dos Procuradores Regionais da República e Procuradores da República abaixo-assinados, com atribuição cível e criminal para a investigação e processamento de infrações penais e cíveis decorrentes dos fatos principais, conexos e correlatos revelados na denominada “Operação Lava Jato”, de um lado, e a empresa **Odebrecht S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 05.144.757/0001-72, com sede na Avenida Luis Viana, n. 2841, Edifício Odebrecht, Paralela, Salvador/BA, neste ato representada por seus representantes legais que esta subscrevem, doravante denominada **COLABORADORA**, de outro, formalizam acordo de leniência, doravante designado **“Acordo de Leniência”** ou **“Acordo”**, nos termos que seguem, envolvendo os fatos investigados na Operação, bem como os que vierem a ser revelados em razão das investigações, nos termos de cláusula específica.

Cláusula 2. O órgão custodiante dos Sistemas no âmbito do MPF será a Procuradoria Geral da República, à qual caberá:

(iv) não autorizar o fornecimento de cópia integral dos Sistemas a terceiros.

Leiam e se espantem



Sergio Moro e sua senhora têm histórias interessantes a contar



Tacla Durán, que a Espanha não extradita, em seu livro põe o dedo na ferida. Ou seria uma chaga?

a Shellbill. A dupla receberia dinheiro por outras três contas também, a Deltora Enterprise Group, a Zeale e a Nicolas Sawne Barake. Outra informação pela metade, conforme o advogado: ao abrir o jogo sobre seu sistema eletrônico usado para gerenciar o pagamento de propinas, a Odebrecht falou apenas do *Drousys*, mas preservou das vistas da Justiça e do MP aquele que seria o sistema completo da propinagem, o *My Web Day*. Este conteria informações até do suborno a juízes. Será que existe mesmo? Se sim, e nos termos de Durán, ao escondê-lo da Justiça a Odebrecht conseguiu preservar um bocado de capital político para o dia em que se livrar dos processos. Seus executivos já cumprem pena em decorrência da delação.



A fonte das informações prestadas pela Odebrecht na delação é de fato um mistério, mesmo no caso do *Drousys*. No acordo assinado com o Ministério Público, há uma cláusula que permite ao MP guardar o sistema para si e negar o acesso a quem quer que seja. A defesa de Lula, por exemplo, tenta sem sucesso ter acesso a todos os sistemas de propinagem, já que no

“NÓS QUEREMOS ABRIR O MY WEB DAY, TEMOS CERTEZA DE QUE O NOME DE LULA NÃO ESTÁ LÁ”, DIZ PIMENTA, DO PT E DA CPI DA JBS

processo sobre o sítio de Atibaia há odebrechtianas acusações. No início do mês, pediu a Moro para que Durán fosse ouvido, mas o juiz negou. “Nós, da defesa do presidente Lula, queremos abrir o *My Web Day*. Temos certeza de que o nome dele não está lá”, diz o deputado gaúcho Paulo Pimenta, do PT e da CPI da JBS, que no fim de outubro esteve com Durán na Espanha juntamente com Damous, outro da CPI, a negociar o depoimento por videoconferência.

O misterioso advogado não é um personagem lá muito confortável para Moro. Pelo que ele diz, recorreu a uma “panela” de advogados em Curitiba para conseguir facilidades junto ao MP ao negociar sua delação. A pessoa escolhida para a negociação foi o advogado Carlos Zucolotto Jr., padrinho de casamento do juiz e sócio de uma banca que já foi também da esposa do juiz, Rosângela Moro. Zucolotto tinha sido correspondente do escritório de Durán em Curitiba. Sua entrada em cena teria conseguido baixar de 15 milhões para 5 milhões de reais a multa que a força-tarefa queria de Durán numa delação. A redução teria sido costurada à base de grana: 5 milhões de reais.

Durán diz ter duas provas dos contatos e resultados da ação de Zucolotto, que nega tudo. Uma delas é uma conversa pelo celular através do aplicativo Wicker, que destrói as mensagens que são lidas. Ele fotografou a conversa e a submeteu a uma perícia. *CartaCapital* teve acesso ao conteúdo alegado da conversa, o qual está reproduzido no livro de Durán. A outra prova seria um e-mail enviado por três procuradores da força-tarefa, Carlos Fernando dos Santos Lima, Roberson Pozzobon e Julio Noronha, com uma minuta de acordo de delação. Nessa minuta, segundo Durán, haveria uma pista sobre os 5 milhões de reais que seriam usados para azeitar o acordo.

Trama parlamentarista à parte, o depoimento de Durán é promessa de emoções no Congresso. •

LEO PINHEIRO/VALOR E REPRODUÇÃO

Curiosidade: na quarta-feira 22, a *Folha de S.Paulo* informou que empresário pega pena mais leve do que políticos na Lava Jato. Moro costuma condenar corruptos a mais de cinco anos de cadeia e raramente aplica a dose contra corruptores. Será por isso que foi vaiado por alguns na plateia do congresso anual dos procuradores municipais, realizado na terça-feira 21, em Curitiba?

